



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA EM GOIÁS



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

Governador do Estado de Goiás

ONAIDE SANTILLO

Secretária Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, dos Direitos Humanos e do Trabalho

ANDERSON SOARES

Superintendente Executivo de Desenvolvimento e Assistência Social

JALES ALVES BARRETO JÚNIOR

Superintendente de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS

CAMILA FAJARDO BEJA

Gerente de Proteção Social

LUCIANA AMORIM DE SANTANA MOTA

Gerente de Promoção de Direitos da Pessoa Idosa

WILLIAN VELOSO

Gerente de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência

EQUIPE TÉCNICA DE VIGILÂNCIA SOCIAL

Analy Barbosa dos Santos

Helena Alves de Góis

Magna Regina Domingues Ferreira

Rogério Araújo da Silva



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Helena Alves de Góis – Socióloga

Rogério Araújo da Silva – Sociólogo

COLABORAÇÃO NO QUESTIONÁRIO

Equipe da Superintendência do SUAS:

Ângela Maria Leite de Amorim

Gilmê Maria Dias

Helena Alves de Góis

Luzenir Correa de O. Pires

Magna Regina Domingues Ferreira

Marciclene de Freitas Ribeiro

Maria Donizete de J. Soares

Nara de Castro

Renata Tavares da Silva

Rogério Araújo da Silva

Rosa Helena de Paula Parreira

Vera Lúcia Alves Rezende

ENTREVISTADORES

Ângela Maria Leite de Amorim

Iraci Botelho

Magna Regina Domingues Ferreira

Marciclene de Freitas Ribeiro

Maria do Socorro Soares

Maria Helena Machado Mendes

Rogério Araújo da Silva

Rosa Helena de Paula Parreira

COLABORAÇÃO NA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS

Marta Ivone – Superintendência de Promoção da Igualdade Racial



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

1. Introdução

A Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho – SEMDIT atua com várias políticas públicas, dentre elas a política de assistência social e a política para a população tradicional quilombola¹. Essas duas políticas estão sob as atribuições da Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SGSUAS, ligada à Superintendência Executiva de Desenvolvimento e Assistência Social; e da Superintendência de Promoção de Igualdade Racial, ligada à Superintendência Executiva da Mulher e Igualdade Racial respectivamente.

A política de assistência social visa proteção social das famílias em situações de vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos. Um de seus públicos-usuários constitui-se pela população quilombola, a qual é assistida por políticas públicas específicas. Apesar do avanço nas políticas sociais no Brasil, muitas comunidades tradicionais brasileiras localizadas em áreas de difícil acesso ainda vivem em situação de risco. O relatório divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2014 revela que 55,6% dos adultos residentes em comunidades quilombolas vivem com fome ou sob o risco de inanição. A mesma realidade, embora em números um pouco menores, se reproduz na população infantil, na qual 41,1% das crianças e adolescentes quilombolas estão sob esta condição. A pesquisa, realizada em 97 áreas, em 2011, revela grande vulnerabilidade social em outros índices como o acesso à água encanada, saúde e educação. Essa realidade faz com que o Estado tenha a necessidade de um olhar mais atento e promotor de condições específicas de vida e cidadania para essas populações.

Com isso surge esse estudo que tem a intenção de ser um início de levantamento de informações sobre as comunidades. O objetivo central da aplicação desse questionário foi estimar a população quilombola no Estado de Goiás a partir do olhar das lideranças das comunidades. Ainda identificar entre as comunidades quilombolas no Estado de Goiás o nível

1

"Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição." (Decreto Federal nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007)



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

de conhecimento sobre a Política de Assistência Social e o que ela oferece, bem como as maiores demandas da população quilombola do Estado de Goiás referente às Políticas Públicas.

Para este trabalho é preciso ficar claro quem são considerados quilombolas no Brasil. O conceito divulgado pela Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, diz que originalmente eram os escravos fugidos que se juntavam em locais escondidos nas matas e viviam de subsistência em comunidades rurais denominadas quilombos. Atualmente os quilombolas são os descendentes destes e estão ainda organizados em comunidades não só rurais como urbanas. A Fundação Cultural Palmares é a entidade responsável pela certificação dessas comunidades através de um processo que inclui visita in loco.

2. Metodologia

Foi solicitado à Vigilância Socioassistencial, pela Coordenação do Programa Bolsa Família, a elaboração e aplicação de um questionário (Anexo1) às lideranças quilombolas que se reuniram no Seminário de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, que se realizou entre os dias 29 e 30/11 e 01/12 de 2016 no Augustu's Hotel. O instrumento foi composto com perguntas fechadas e abertas sobre caracterização da população, concepção de família, o quanto essas lideranças conhecem a política de assistência social e quais as necessidades esses grupos possuem referente a outras políticas para além da assistência social.

O questionário foi apresentado à equipe da SGSUAS para apreciação e contribuições para melhoras em sua forma e conteúdo. O instrumental foi aplicado a cada liderança quilombola presente no seminário em forma de entrevista. Todo/as entrevistados/as assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participarem da pesquisa. Responderam ao questionário 31 lideranças quilombolas, sendo que uma das comunidades ainda não havia sido certificada como quilombola pela Fundação Palmares.

A tabulação foi feita pela Vigilância Socioassistencial e a partir desses dados foi possível apresentar esse trabalho. Como houve discrepâncias em relação a alguns dados coletados via questionário, a equipe entrou em contato por telefone com algumas lideranças no intuito retifica-los, como por exemplo, o dado em que a população quilombola de determinada comunidade ser superior à população do município no qual está localizada.



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Ao ser apresentado à SUPIR foi identificado que já havia novas comunidades certificadas desde o momento em que houve a aplicação do questionário, quando ficou na responsabilidade da SUPIR de atualizar os dados de números de famílias e pessoas quilombolas, essa atualização foi concluída em março de 2018.

3. Apresentação dos dados

Esse relatório foi dividido em blocos de assuntos, quais sejam: população; renda e economia; alcance da política de assistência social; alcance das políticas públicas.

3.1. População

A questão inicial que se apresenta é conhecer o universo de pessoas e famílias que são quilombolas no Estado de Goiás e onde se localizam. Abaixo segue a tabela das comunidades, o município em que estão e o número estimado de pessoas pelas lideranças.

Tabela 1 - Populações Quilombolas por Comunidade no Estado de Goiás			
Município	Comunidade Quilombola	Famílias	População
Abadia de Goiás	Recantos Dourados	310	900
Alto Paraíso	Com. Quil. Povoado Moinho	55	250
Aparecida de Goiânia	Associação Quilombola Urbana	300	2000
Barro Alto	Santo Antônio da Laguna	20	130
	Associação Antônio Borges	242	-
	Tomaz Cardoso	41	100
Campos Belos	Brejão	40	120
Cavalcante	São Domingos	90	510
Cidade Ocidental	Mesquita	785	2000
Colinas do Sul	José de Coletto	100	300
Cromínia	Nossa Senhora Aparecida	150	600
Faina	Água Limpa - em formação	20	80
Flores de Goiás	Flores Velha	5000	17000
Iaciara	Levantado	30	100
	Extrema	40	129
Mimoso de Goiás / Bom Jesus	Queixo Dantas	53	180
Minaçu	Associação Quil. São Felix		-
Monte Alegre	Kalunga Riachão	60	240
Niquelândia	Rufino Francisco		800
Nova Roma	Magalhães	20	120
Padre bernardo	Sumidouro	80	400



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Piracanjuba	Ana Laura	150	356
Posse de Goiás	Comunidade Baco Pari	63	250
Professor Jamil	Boa Nova	80	240
Santa Rita do Novo Destino	Associação Balbino dos Santos	40	160
	Quilombo Pombal	100	300
São Luiz do Norte	Porto Leocádio	13	-
Silvânia	Quilombo Almeida	126	500
St Terezinha	Ema / Soledade	240	1300
Trindade	Vó Rita	40	400
Uruaçu	João Borges Vieira	226	1000
Total		8.514	30.465

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

No momento da pesquisa havia 31 comunidades distribuídas em 28 municípios, conforme declaração dos líderes. De acordo com as lideranças quilombolas há 8.514 famílias e uma população 30.465 pessoas vivendo nessas comunidades. Dessas, 7 estão localizadas na zona urbana, 19 na zona rural e 5 estão nos dois espaços. Reiterando que essas informações são autodeclaradas e que em três comunidades não houve registro. Abaixo a tabela:

Tabela 2 - Retrato da População Quilombola			
Espaço Ocupado	Comunidades	Famílias	Pessoas
Zona Urbana	7	1.922	6.879
Zona Rural	19	5.219	18.673
Zona Urbana e Rural	5	1.373	4.913
Total	31	8.514	30.465

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Uma fonte de dados oficialmente disponível sobre populações quilombolas é o Cadastro Único – CADÚnico do MDS, no qual estão cadastradas 6.917 famílias no estado de Goiás, com um total de 20.012 pessoas. O fato dos números do CADÚnico serem divergentes dos apresentados na tabela 2 pode nos indicar que nem todas as famílias e por conseguinte pessoas estão cadastradas no CADÚnico.

Outra fonte oficial de dados sobre os quilombolas é a Fundação Cultural Palmares, no qual são identificadas as comunidades certificadas e as que estão aguardando certificação. Para as certificações acontece um processo, em sua maioria, em parceria com a SUPIR, porém a fundação não tem condições de realizar um censo demográfico dessas comunidades, logo o dado disponibilizado é apenas referente ao número de comunidades. Esse processo começa na



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

identificação por parte da SUPIR de grupos populacionais que podem ser quilombolas, é feito um trabalho junto a esses grupos onde seu histórico é remontado para identificação como remanescentes de quilombolas. A partir daí são orientados como devem proceder para chegarem a esse reconhecimento oficial, que é a certificação.

Por isso, a forma atual de verificar número de famílias e população é através dessa comunicação direta que a SUPIR tem com as lideranças de comunidades. Da data da aplicação do questionário até essa atualização (que inclui novas comunidades certificadas e dados declarados dessas lideranças) os números aumentaram, sendo que hoje consta no estado 47 comunidades distribuídas em 37 municípios contendo 13.529 famílias e 51.351 pessoas. Em Goiás houve um aumento de dezesseis comunidades certificadas em relação a novembro de 2016, data da aplicação do questionário. Na tabela abaixo segue os dados atualizados:

Município	Comunidade Quilombola	Famílias	População
Abadia de Goiás	Recantos Dourados	310	900
Alto Paraíso	Povoado Moinho	55	250
Aparecida de Goiânia	Jardim Cascata	350	2000
Barro Alto	Fazenda Santo Antônio da Laguna	20	130
Barro Alto / Santa Rita do Novo Destino	Tomas Cardoso	44	100
	Antônio Borges	250	520
Cachoeira Dourada	Córrego do Inhambu	85	320
Campos Belos	Brejão		
	Taquarussu	40	120
Cavalcante	Capela	135	620
	Kalunga dos Morros	90	210
	São Domingos	300	510
Cavalcante/ Monte Alegre de Goiás/ Teresina de Goiás	Kalunga	2506	5095
Cidade Ocidental	Mesquita	785	2000
Colinas do Sul	José do Coletto	100	320
Cristalina	Inocêncio Pereira de Oliveira ¹		
Cromínia	Nossa Senhora Aparecida	150	600
Divinópolis de Goiás	Vazante	800	2200
Faina	Água Limpa	70	280
Flores de Goiás	Flores Velha	400	17000
Goiás	Alto de Santana	400	2621
Goianésia	Valdemar de Oliveira	250	615
Iaciara	Extrema	40	129
	Povoado Levantado	70	290



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Iaciara/ Posse	Baco Pari	93	420
Itumbiara	Raízes do Congo	1003	2050
Mimoso de Goiás	Mimoso	53	186
Minaçu	São Felix	3009	5009
Mineiros	Buracão	8	36
	Cedro	36	300
Monte Alegre de Goiás	Pelotas ²		
Niquelândia	Rafael Machado	75	292
	Rufino Francisco	290	800
Nova Roma	Quilombola do Magalhães	72	120
Nova Roma/ Teresina de Goiás	Abobreira	76	147
Padre Bernardo	Sumidouro ³	80	400
Palmeiras de Goiás	Goianinha	200	800
Piracanjuba	Ana Laura	150	356
Professor Jamil	Boa Nova	180	340
Santa Rita do Novo Destino	Balbino dos Santos	40	160
	Pombal	162	330
São João d'Aliança	Forte	125	382
São Luiz do Norte	Porto Leucádio	62	110
Silvânia	Almeidas	126	500
Simolândia	Castelo, Retiro e Três Rios	173	383
Trindade	Vó Rita	40	400
Uruaçu	João Borges Vieira	226	1000
Total		13529	51351

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás com dados coletados através da SUPIR

¹comunidade foi certificada em Cristalina na fronteira com MG, mas a população mora em Minas Gerais.

²comunidade recém certificada ainda sem dados.

³comunidade Sumidouro compõe Barrinha, Grotão, Impuera, Água Quente e Fazenda Corrente

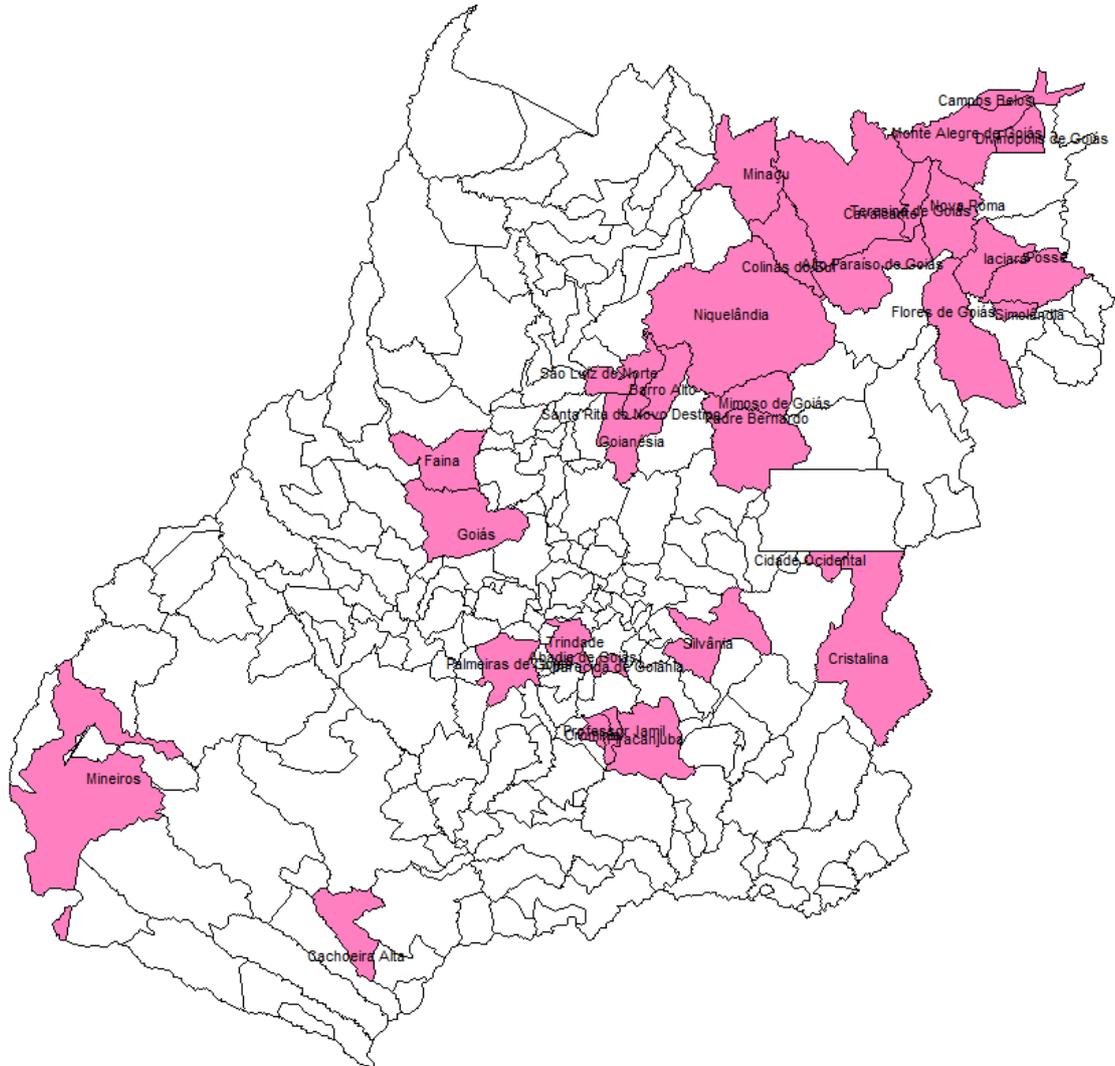
Dessas, 10 estão localizadas na zona urbana, 27 na zona rural e 8 estão nos dois espaços. Reiterando que essas informações são autodeclaradas e que em duas comunidades não houve registro. Abaixo a tabela:

Tabela 4 - Retrato da População Quilombola			
Espaço Ocupado	Comunidades	Famílias	População
Zona Urbana	10	2909	10766
Zona Rural	27	6143	15674
Zona Urbana e Rural	8	4477	24911
Total	45	13529	51351

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

As Comunidades Quilombolas no mapa do Estado de Goiás





COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

É possível notar pelo mapa que as comunidades quilombolas estão em todas as microrregiões do Estado, na Microrregião Nordeste do Estado, onde estão mais concentradas totalizam 38,30% das comunidades, os 61,70% estão espalhadas pelas demais regiões, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 5 - Comunidades nas Microrregiões			
Microrregião Goiás	Municípios	Comunidades	%
Nordeste Goiano	13	18	38,30%
Centro Goiano (Eixo BR-153)	4	7	14,89%
Sul Goiano	5	5	10,64%
Norte Goiano	3	4	8,51%
Entorno do Distrito Federal	4	4	8,51%
Metropolitana de Goiânia	3	3	6,38%
Noroeste Goiano (Est do Boi)	2	2	4,26%
Sudoeste Goiano	1	2	4,26%
Sudeste Goiano	1	1	2,13%
Oeste Goiano	1	1	2,13%
Total	37	47	100,00%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Outra avaliação feita foi a distribuição dessas comunidades por porte do município, que segue um comportamento característico do Estado, em que 30 (63,83%) das comunidades estão localizadas em municípios de Pequeno Porte I, 9 comunidades (19,15%) estão em municípios de Pequeno Porte II, 5 que correspondem a 10,64% estão em municípios de Médio Porte e 3 comunidades (6,38%) nos municípios de Grande Porte.

Após identificação dos grupos e estimativa de sua população, foi questionado, por meio de questão aberta, qual a concepção de família eles possuem, surgindo a partir das respostas quatorze modelos diferentes, apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 6 – Modelo de Formação Familiar		
Pessoas do mesmo sangue	2	6,45%
Pai, mãe, filhos e avós	7	22,58%
Pai, mãe e filhos	9	29,03%
Núcleo afetivo	1	3,23%



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Pai, mãe, filhos, avó e tio	1	3,23%
Base de estrutura de um indivíduo	1	3,23%
Núcleo harmonioso	1	3,23%
Pai, mãe, irmãos, avós e primos	1	3,23%
Todos são família	1	3,23%
Pai, mãe, filhos, netos, genros e noras	1	3,23%
Mãe e filhos	2	6,45%
Remanescentes de quilombolas	1	3,23%
Pessoas que morem no mesmo lar	1	3,23%
Pai, mãe, filhos e netos	2	6,45%
Total	31	100%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Ao agruparmos as respostas temos as seguintes modalidades de família:

Tabela 7 - Modelo de Formação Familiar			
Consanguíneo	Pessoas do mesmo sangue	26	83,87%
	Pai, mãe, filhos e avós		
	Pai, mãe e filhos		
	Pai, mãe, filhos, avós, tio, modelo nuclear		
	Pai, mãe, irmãos, avós, primos		
	Pai, mãe, filhos, netos, genros e noras		
	mãe e filhos, família matriarcal		
	Pai, mãe, filhos e netos		
	Base de estrutura de um indivíduo		
Ideológico	Núcleo harmonioso	4	12,9%
	Todos são famílias		
	Modelo núcleo afetividade		
	Remanescentes de quilombolas		
Domicílio	Desde que more no mesmo lar	1	3,23%
	Total	31	100%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Fica perceptível que a maioria dos entrevistados entende família quando há laços consanguíneos, mesmo aparecendo respostas com a ideia de comunidade. Na questão em que se apresentava alternativas fechadas sobre modelos de famílias, o resultado acompanha a tabela anterior, em que se prevalece a concepção de família a partir de laços consanguíneos:



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Tabela 8 - Porcentagem de modelos familiares nas comunidades quilombolas	
Pai, mãe e filhos	16,15%
Mãe e filhos	14,29%
Pai e filhos	6,21%
Pai, avós e filhos	5,59%
Mãe, avós e filhos	8,70%
Pais, avós e filhos	5,59%
Diversos Familiares	7,45%
Pai, madrasta e filhos	8,07%
Mãe, padrasto e filhos	10,56%
Pai, companheiro e filhos	0,00%
Mãe, companheira e filhos	1,86%
Irmãos	6,21%
Pessoas sem parentesco	2,48%
Só	3,11%
Outros	3,11%
Não sabe responder	0,62%

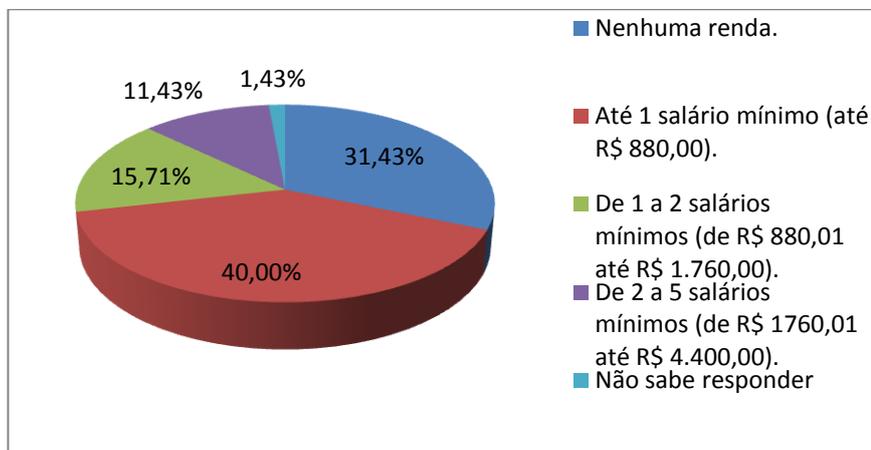
Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

3.2. Renda e Economia

Com os dados coletados foi possível perceber uma grande fonte de riscos de vulnerabilidades nas famílias quilombolas, pois 31% das famílias não possuem nenhuma renda e 40% delas vivem com até 1 salário mínimo, o que corresponde a 71,43% das famílias, como apresentado no gráfico abaixo. Sobre o tipo de atividades econômicas exercidas nas comunidades aparecem atividades sem segurança de remuneração ou passíveis de exploração, o que explica um índice de renda tão baixo. O gráfico de renda e a tabela de atividades estão subsequentes para demonstrar essa relação.

COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Gráfico 1 – Renda por família



Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Tabela 9 - Tipos de atividades econômicas exercidas por membros da comunidade	
Agricultura	19,08%
Pesca	5,26%
Indústria	0,00%
Construção civil	6,58%
Comércio formal	5,26%
Comercio informal	7,89%
Em casa informalmente (costura, cozinha, artesanato, carpintaria etc.)	9,87%
Trabalho doméstico em casa de outras pessoas	13,82%
No lar (sem remuneração).	15,13%
Atividades informais	10,53%
Turismo	1,97%
Outro	4,61%

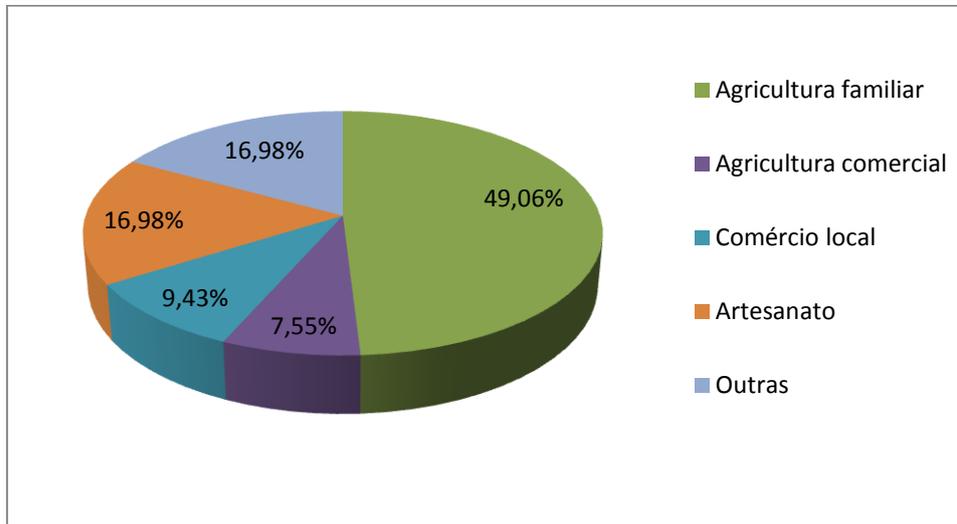
Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Ainda sobre essa questão, pôde-se compreender por meio dos dados que a base econômica das comunidades é a agricultura familiar, o que é o esperado na medida em que 60% da população vivem na zona rural. As demais fontes econômicas são agricultura comercial, comércio local, artesanato e ecoturismo; como é possível observar no gráfico abaixo.

]

COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Gráfico 2 – Base econômica das comunidades



Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

3.3. Alcance da Política de Assistência Social

Esse tema é para esta superintendência o de maior relevância, na medida em que foi possível mensurar o quanto a política é ainda desconhecida no seu objetivo e função. A primeira pergunta a respeito foi se tinham conhecimento dos benefícios e programas ofertados pela assistência social, e 93,55% responderam que sim, porém ao serem perguntados quais benefícios e programas conheciam numa pergunta aberta fica nítido que o mais conhecido é o Programa Bolsa Família e foram incluídos no rol serviços e programas de outras políticas e também itens que não são serviços e nem programas, como se percebe na tabela abaixo.

Tabela 10 - Programas e Benefícios Citados	
PETI	1
Bolsa Família	20
Renda Cidadã	15
BPC (LOAS)	1
NIS	1
CADÚnico	3
Serviço Odontológico	1
Palestras	1
CRAS	5
Conselho de Assistência Social	1
Agente Cidadão	1



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

CREAS	2
Fortalecimento de Vínculos	1
Conviver	1
Primeiro Emprego	1
Brasil Quilombolas	1
Luz para Todos	1
Minha Casa Minha Vida	1
Bolsa Escola	1
Salário Maternidade	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Agrupando por assuntos é possível perceber que 61,66% das respostas mostram programas e benefícios da assistência social, 11,66% entenderam CRAS e CREAS como programas e benefícios e ainda aparecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o próprio Conselho da Assistência Social como tais. Já 23,33% das respostas identificaram outras áreas como sendo da PAS.

Questionados sobre os benefícios e programas contemplados nas comunidades aparecem as seguintes porcentagens.

Tabela 11 - Benefícios e Programas na Comunidade	
Benefício de Prestação Continuada - BPC	21,52%
Benefício Eventual	11,39%
Programa Bolsa Família	35,44%
Programa Renda Cidadã	27,85%
Não sabe responder	3,80%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Há também a ocorrência de perda de benefício nas comunidades, sendo que 58,06% o Bolsa Família e 29,03% o Renda Cidadã. As lideranças elencaram os motivos mais comuns dessas perdas e o que mais apareceu foi a incompatibilidade da renda, citaram em menor frequência o descumprimento de condicionalidades de saúde e educação.

Ao serem questionados se conhecem os serviços da assistência social 67,74% disseram que sim; porém quando citam espontaneamente quais são 12,82% citam PAIF, SCFV e centro de idosos; 43,58% citam CRAS e CREAS e 20,51% citam benefícios como serviços; 15,38% citaram serviços e benefícios de outras políticas como sendo da assistência social.



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Em seguida puderam sinalizar os serviços mais utilizados pelas comunidades numa lista, podendo marcar mais de uma resposta. A tabela abaixo demonstra quais serviços aparecem.

Tabela 12 - Serviços da Assistência Social mais utilizados nas comunidades	
Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (CRAS)	22,08%
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV (CRAS)	18,18%
Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (CRAS)	14,29%
Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos - PAEFI (CREAS)	9,09%
Serviço Especializado em Abordagem Social (CREAS)	6,49%
Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) - (CREAS)	9,09%
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - (Centro Dia)	0,00%
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP)	0,00%
Serviço de Acolhimento Institucional	6,49%
Serviço de Acolhimento em República - Jovens de 18 a 21 que viviam em instituições	1,30%
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	2,60%
Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências	1,30%
Outros.	3,90%
Não sabe responder	5,19%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

As respostas demonstram que os serviços da proteção social básica são os mais conhecidos ou utilizados nas comunidades. Esse dado condiz com o fato que as ofertas da PSB são mais ampliadas que as da PSE no Estado. Há, de acordo com o CADSUAS, oferta de CRAS em todos os 37 municípios que possuem comunidades quilombolas, no entanto a oferta de CREAS se restringe a 18 desses municípios (48,64%).

Ao serem questionados se conhecem o CRAS, 83,87% disseram que sim, porém desses 67,74% conhecem pouco. Quanto ao CREAS aparece que 32,26% conhecem, e desses 75% conhecem pouco. Quando perguntados sobre qual seria a melhor forma de divulgação desses equipamentos nas comunidades, tivemos as seguintes respostas:

Tabela 13 - Melhor forma de divulgação das unidades junto à comunidade	
Visitas à comunidade para apresentar os serviços	35,48%
Visitas e Reuniões	19,35%
Palestras	12,90%
Apoio do prefeito	6,45%
Divulgação na feira popular	3,23%
Presença do gestor e dos técnicos na comunidade apresentando a área da AS	3,23%



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Dar mais oportunidades às famílias	3,23%
Presença do Estado no município no sentido de fazer acontecer	3,23%
Informação escrita	3,23%
Executar os serviços in loco	3,23%
Seminário	3,23%
Fortalecimento dos Conselhos	3,23%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Foi solicitado também aos líderes das comunidades entrevistados que avaliassem esses dois equipamentos da assistência (CRAS e CREAS) e como eles acreditam que a comunidade os avalia. Ainda que o CREAS seja menos conhecido é pertinente observar os dados colhidos, que estão apresentados nas tabelas abaixo:

Tabela 14 - Avaliação Dada ao CRAS		
Avaliação	Pelo Líder	Comunidade, na concepção do líder
Péssimo	9,68%	9,68%
Ruim	19,35%	16,13%
Bom	38,71%	51,61%
Muito Bom	9,68%	3,23%
Excelente	3,23%	0,00%
Não soube avaliar	0,00%	3,23%
Não respondeu	19,35%	16,13%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Tabela 15 - Avaliação Dada ao CREAS		
Avaliação	Pelo Líder	Comunidade, na concepção do líder
Péssimo	0,00%	0,00%
Ruim	3,23%	3,23%
Bom	35,48%	32,26%
Muito Bom	0,00%	3,23%
Excelente	0,00%	0,00%
Não soube avaliar	12,90%	12,90%
Não respondeu	48,39%	48,39%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Outro dado coletado é se a comunidade recebeu visita da Equipe Volante nos últimos doze meses. Esse dado é muito importante pelo fato que 61,29% das comunidades se



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

localizam na zona rural e o acesso dos quilombolas aos recursos na cidade é escasso. E mesmo com essa realidade, 32,26% das comunidades receberam essa visita contra 54,84% que não receberam e 12,9% não souberam responder.

3.4. Alcance das Políticas Públicas

Olhar para o alcance das políticas públicas nessas comunidades é fundamental, pois a presença das mesmas promove a garantia de direitos. Foi questionado aos entrevistados quais as maiores necessidades e demandas percebem nas comunidades, sendo elencadas opções das áreas de saúde, assistência social, educação, habitação, infraestrutura, cultura, esporte e lazer. Abaixo estarão apresentados os dados por cada área em tabelas. Como cada líder pôde marcar mais de uma resposta, será apresentado em porcentagem de marcações.

Tabela 16 – Maiores Demandas em Assistência Social	
Equipe Volante	57,14%
CRAS	22,86%
CREAS	20,00%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Tabela 17 – Maiores Demandas em Cultura, Esporte e Lazer	
Programas de valorização da cultura tradicional quilombola	29,55%
Políticas do Governo de Esporte e Lazer	26,14%
Acesso a produções culturais	22,73%
Práticas de Modalidades Esportivas	21,59%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Tabela 18 – Maiores Demandas em Educação	
Acesso a Cursos universitários	23,38%
Acesso a cursos profissionalizantes	20,78%
Escolas na comunidade do 6º ao 9º ano	19,48%
Escolas na comunidade de Ensino Médio	19,48%
Escolas na comunidade do 1º ao 5º ano	16,88%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Tabela 19 – Maiores Demandas em Habitação	
--	--



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Cheque Mais Moradia	16,54%
Minha Casa Minha Vida Rural	14,29%
Minha Casa Minha Vida	13,53%
Crédito Solidário	13,53%
Cheque Reforma	12,78%
Cheque Comunitário	11,28%
Casa Legal	6,77%
Operações Coletivas - FGTS	6,02%
Programa de Arrendamento Residencial - PAR	5,26%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Tabela 20 – Maiores Demandas em Infraestrutura

Transporte	15,63%
Coleta de Lixo	12,50%
Asfalto	11,72%
Esgoto	10,94%
Água Encanada	10,16%
Fossa Séptica	9,38%
Poço Artesiano/ Semi Artesiano	8,59%
Telecomunicações	7,81%
Limpeza das vias	7,03%
Energia	6,25%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Tabela 21 – Maiores Demandas em Saúde

Postos de saúde	32,73%
PSF	27,27%
Hospital	25,45%
Programa de Vacinação	9,09%
CAIS	5,45%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Para conhecer como as comunidades se informam dos seus direitos e das políticas públicas que podem ser ofertadas, foram feitas duas perguntas: a primeira sobre os meios de comunicação mais presentes entre as populações quilombolas e a segunda sobre como obtém conhecimento dos seus direitos. A seguir as respostas:

Tabela 22 - Principais meios de informações na comunidade



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Rádio	20,00%
Liderança da comunidade	20,00%
TV	18,52%
Internet	14,81%
Jornais	8,89%
Revistas	7,41%
Outros	4,44%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

Tabela 23 - Principais fontes de informações sobre direitos na comunidade	
Liderança da comunidade	21,65%
Amigos	20,62%
Vizinhos	14,43%
Familiares	14,43%
Escola	10,31%
Outros	10,31%
Prefeitura	8,25%

Fonte: Vigilância Socioassistencial de Goiás

4. Conclusão

Os dados coletados mostram que a população quilombola no Estado de Goiás é pouco retratada. Há uma lacuna no sentido de ter como certo a quantidade real de quilombolas e comunidades existentes no Estado e onde se localizam. Para dirimir essa lacuna será necessária uma atenção de todas as políticas para reconhecer esse público. Nos vários instrumentais de atendimentos e acompanhamentos criados para a população em geral, quando da sua identificação seria útil acrescentar se é uma pessoa quilombola e em que comunidade reside. Outra forma é garantir que no próximo Censo do IBGE essas questões estejam presentes no questionário.

Outra fragilidade é o alcance das políticas públicas por essa população. Fica claro pelas respostas dadas o pouco conhecimento do que seja a política de assistência social e o que ela pode ofertar. Há a dificuldade de acesso aos equipamentos e serviços, problema de transporte, concomitante a equipe volante também não chega às comunidades, ficando assim um espaço para desproteções sociais. Realidade essa também verificada nas demais políticas públicas.



COORDENAÇÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N 20 “Quilombos no Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados”**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Brasília, 2014

BRASIL. Decreto Nº 6040 de 7 de Fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Presidência da República. Brasília, fevereiro de 2007.

BRASIL. Resolução CNAS 33 de 12 de dezembro de 2012. **Norma Operacional Básica NOB-SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, dezembro de 2012

BRASIL. Resolução CNAS 07 de 18 de maio de 2016. **II Plano Decenal da Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, maio de 2016

Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's). Disponível no site: <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>. Brasília, 2017.